

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.214 - PR (2019/0219668-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **COMERCIAL AGRICOLA HELENA LTDA**
AGRAVANTE : **COMERCIAL , IMPORTADORA E EXPORTADORA TAVARES LTDA**
ADVOGADOS : **MARCELO DOMINGUES DE ANDRADE - SP214138**
 LUIS ANTONIO DE MELO GUERREIRO - SP322489
AGRAVADO : **JMI COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA**
ADVOGADO : **EDUARDO BOLZON ADOLFATO - PR062466**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por COMERCIAL AGRICOLA HELENA LTDA e OUTRA contra inadmissão, na origem, de recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ, fl. 196):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM NOTAS FISCAIS CARENTES DE ASSINATURA DO RECEBEDOR/DEVEDOR – OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À MONITORA – SENTENÇA DE ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS E DE EXTINÇÃO DA AÇÃO MONITÓRIA, SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO ACOLHIDA PELO JUÍZO SINGULAR – REFORMA – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA EMENDAR A INICIAL – ART. 700, § 5º, CPC – INOBSERVÂNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – APTIDÃO DAS NOTAS FISCAIS PARA APARELHAR O PEDIDO MONITÓRIO – EXISTÊNCIA OU NÃO DE PROVA SUFICIENTE DA DÍVIDA

Superior Tribunal de Justiça

– QUESTÃO MERITÓRIA – ART. 1.013, § 3º, I, CPC – PROCESSO EM CONDIÇÕES DE IMEDIATO JULGAMENTO – NOTAS FISCAIS DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS, DE GÊNERO HORTIFRÚTI – AUSÊNCIA DE RECIBO DE ENTREGA, DE TÍTULOS DE CRÉDITO COMPROVANTES DA DÍVIDA, DE PEDIDO DAS MERCADORIAS OU DE DOCUMENTAÇÃO DO FRETE – PROVA DOCUMENTAL INSUFICIENTE PARA COMPROVAR O CRÉDITO – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO MONITÓRIO E CONSEQUENTE PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

Opostos embargos declaratórios, restaram rejeitados nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 256):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO - ACÓRDÃO QUE REFORMOU A SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM AÇÃO MONITÓRIA E JULGOU O MÉRITO DESDE LOGO PELO TRIBUNAL - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - INEXISTÊNCIA DE REFORMATIO IN PEJUS - NORMA ESTAMPADA NO ARTIGO 1.013, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE POSSUI NATUREZA COGENTE - ACÓRDÃO QUE INDICOU PRECISAMENTE QUE INEXISTIAM PROVAS DOCUMENTAIS APTAS A CONSTITUIR O DIREITO DAS REQUERENTES - EMBARGOS REJEITADOS

No recurso especial, as partes recorrentes alegam, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 141 e 492 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, que houve julgamento *extra petita*, pois "o sistema processual brasileiro impõe ao juiz decidir o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não levantadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte, o que é exatamente o caso em tela".(e-STJ, fl. 284).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 316/321).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente

Superior Tribunal de Justiça

recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

De início, quanto à alegação de ocorrência de julgamento *extra petita*, verifica-se, da leitura do acórdão recorrido, que o Tribunal de origem – apesar de opostos embargos declaratórios pela parte Recorrente – não se manifestou acerca do mencionado argumento, de modo a viabilizar o requisito do prequestionamento, indispensável ao conhecimento do recurso especial. Incide, à espécie, o óbice disposto na Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL. COMPROVAÇÃO DO DOMÍNIO. DENUNCIAÇÃO À LIDE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Reapreciar as conclusões do aresto impugnado encontra óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça diante da necessidade de reexame das circunstâncias fáticas da causa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 704.352/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM -

Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. A ausência de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211 do STJ.

1.1. Inexistência de alegação de violação do artigo 535 do CPC/73 - vigente à época - a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

2. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte Superior, no tocante à validade da cláusula contratual de eleição de foro, atraindo a incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 609.045/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017) - g.n.

Destarte, patente o indispensável prequestionamento, inviável a pretensão das recorrentes.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência para 18% do valor atualizado da causa.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator